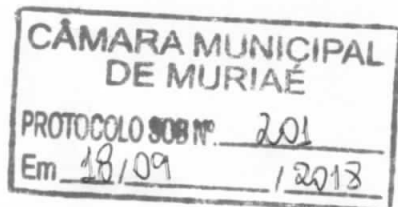




MUNICÍPIO DE MURIAÉ

GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº 155/2018

Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 5.639, de 09 de maio de 2018, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Muriaé:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Passa o inciso I, do artigo 5º da Lei Municipal n.º 5.639, de 09 de maio de 2018, a ter a seguinte redação:

“I – renda per capita mensal da família igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ (um meio) do salário mínimo;”.

Art. 2º. Passa o *caput* do art. 9º da Lei Municipal n.º 5.639, de 09 de maio de 2018, a ter a seguinte redação:

“Art. 9º O Auxílio Natalidade consiste em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, fornecida através de bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membros da família.”.

Art. 3º. Passam os incisos I e V, do artigo 10 da Lei Municipal n.º 5.639, de 09 de maio de 2018, a ter a seguinte redação:

“I – ao fornecimento de urnas funerárias de madeira, sem visor, incluindo a ornamentação;

(...)

V – ao sepultamento: realizado no túmulo da família ou em gaveta popular disponibilizada pelo Município, caso a família não o possua.”.

Art. 4º. Passa o inciso III, do artigo 27 da Lei Municipal n.º 5.639, de 09 de maio de 2018, a ter a seguinte redação:

“III – excepcionalmente, encaminhar o beneficiário para visita necessária:

a) ao local de tratamento de saúde de seu cônjuge ou parente até o segundo grau, que esteja hospitalizado e/ou internado há mais de 03 (três) meses, em outro Município ou Estado da Federação.”



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

GABINETE DO PREFEITO

Art. 5º. Fica incluído o §5º no art. 27 da Lei Municipal n.º 5.639, de 09 de maio de 2018, com a seguinte redação:

“§5º. Sujeitam-se todas as solicitações ao limite de quilometragem estabelecido no *caput* deste artigo.

Art. 6º. Passa o inciso III, do artigo 33 da Lei Municipal n.º 5.639, de 09 de maio de 2018, a ter a seguinte redação:

“III – entrega das cestas básicas pelo prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, cuja necessidade será identificada pelo Serviço Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;”

Art. 7º. Passa o art. 34, da Lei Municipal n.º 5.639, de 09 de maio de 2018, a ter a seguinte redação:

“Art. 34. O usuário poderá requerer novamente o Auxílio Cesta Básica, após o período mínimo de 02 (dois) meses contados da data de recebimento da última.”

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Muriaé, 17 de Setembro de 2018.


IOANNIS KONSTANTINOS GRAMMATIKOPOULOS
Prefeito Municipal de Muriaé



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

GABINETE DO PREFEITO

Muriaé, 17 de Setembro de 2018.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Saudações. É com imensa satisfação, nos termos das disposições legais vigentes e com fulcro no artigo 80 da Lei Orgânica do Município de Muriaé, que encaminho o presente projeto de Lei a esta Augusta Casa Legislativa para que seja apreciado, discutido e votado em caráter de urgência, com a seguinte:

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Lei que visa alterar a Lei Municipal n.º 5.639, de 09 de maio de 2018, que dispõe sobre a concessão dos benefícios eventuais no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Os benefícios eventuais, assegurados pelo art. 22 da Lei Federal nº 8.742/93 – Lei Orgânica de Assistência Social (alterada pela Lei nº 12.435/11), são benefícios da Política de Assistência Social, de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

A alteração dos artigos 5º, 33 e 34 se faz necessária como forma de ampliar o acesso dos cidadãos aos referidos benefícios. O aumento da renda per capita mensal máxima de $\frac{1}{4}$ para $\frac{1}{2}$ do salário mínimo e a diminuição do intervalo mínimo de requerimento da cesta básica privilegiam os princípios norteadores do ordenamento jurídico, notadamente, os princípios constitucionais da razoabilidade, da dignidade da pessoa humana e da solidariedade, sendo este último fundamento da Seguridade Social.

No tocante ao auxílio funeral, a lei em comento estabelece, no parágrafo 6º de seu art. 10, que o valor da prestação não poderá ultrapassar 01 (um) salário mínimo. Entretanto, a presença do visor na urna funerária acresce consideravelmente o preço do produto, despendendo grande parte do orçamento disponibilizado, o que acaba por comprometer a prestação dos demais serviços abrangidos pelo benefício.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

GABINETE DO PREFEITO

Nesta feita, primando pelos princípios da eficiência e da efetividade, faz-se mister a alteração do inciso I do art. 10, retirando a exigência do visor do texto legal. Considerando os referidos princípios, é justificada a alteração do inciso V do artigo mencionado, dada a desrazoabilidade de abertura de cova pelo Município quando a família beneficiada possuir túmulo.

Finalmente, as alterações feitas no art. 27 são meramente de redação, de modo a explicitar a necessidade de observância do limite de quilometragem estabelecido para a concessão do auxílio viagem.

Ante o exposto, feitos os devidos esclarecimentos necessários à análise do Poder Legislativo, e na certeza de contarmos com a costumeira atenção do ilustre Presidente, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


IOANNIS KONSTANTINOS GRAMMATIKOPOULOS
Prefeito Municipal de Muriaé

Exmo. Sr.
ADEMAR CAMERINO
DD. Presidente da Câmara Municipal